

ROSELY: Em 1964, vou falar depois a data aqui, em Cachoeirinha, já em maio de 64, e gerou o massacre, ou a resistência, de Cachoeirinha, que foi depois de novo sofrer uma expulsão em 1967. É muito acertado que a Liga nos chame atenção pra resistência, porque em 64 eles iniciam o ser expulsos, né, eles resistiram, em 67 eles de novo foram expulsos, 212 famílias foram expulsas, 64 crianças, esse é um dado divergente, polêmico, foram mortos de fome ou de doença no mato. Então, isso para patrocinar já a entrada do Projeto Jaíba, que aliado ao Estado, no caso Rural Minas, o Estado ali agiu de forma extremamente autoritária, confundido o público com o privado, um coronel que tomou pra si o título das terras entrou com a força policial na área, ou seja, utilizou a força policial a seu serviço com um título na mão e expulsou 212 famílias, matou 64 crianças nesse evento. E depois abriu espaço para a Rural Minas titular, em nome de um agente público, que era o responsável pela Rural Minas, Senhor Moacir Lopes, que foi o, o Nilmário deve lembrar muito bem, de tantas CPIs que a Rural Minas sofreu, porque esse senhor tomou os títulos da terra pra si e começou a vender pra ele, e ele era o agente público. Como que não tem nexos entre ditadura e o assassinato e a violência contra os trabalhadores? Então, deixa eu ler aqui, senão eu fico emocionada e me perco. Então a nossa companheira, Sonia Nicolau dos Santos, que fez o primeiro estudo sobre a área de Cachoeirinha, sobre o massacre, a resistência de Cachoeirinha, já em 85, eles resistiram de 67 até a década de 80 para conseguir a desapropriação. Ela diz o seguinte: “no dia 14 de setembro de 1964, um grupo de homens armados, onde se misturam policiais militares e pistoleiros, se apresenta diante dos agricultores para cumprir um mandado de manutenção de posse sobre aproximadamente 6.480 hectares de terra na região de Cachoeirinha, expedido pelo juiz de direito de São João da Ponte. Foram despejados 32 famílias de terra que ocupavam”, aqui eu confundi, é de 1964, foram despejadas 32, “eles estavam lá desde 1940”, o estudo do Jôba, ele não mais por aí, né? Ele vai dizer ali da região também, da existência de um campo negro da Jaíba, aqui claramente hoje a gente teria ali um quilombo, uma comunidade quilombola na região, e em 67, então, eles retornam, data da implantação do Projeto Jaíba, ocorreu novo despejo com 212 famílias despejadas e a luta durou, resistiram mais de 20 anos. Eles só foram ter as terras desapropriadas em 1983, 84, né, parte da fazenda foi desapropriada, e nós não podemos considerar para os camponeses que desapropriação, assentamento é reparação, reparação de crime de lesa humanidade que eles sofreram, porque isso não é reparação, isso é uma política pública de democratização da terra, então eles têm que ser ainda reparados simbolicamente, psicologicamente e materialmente. Seis mortes entre a década de 60 e 70. Eu já falei né, 60 crianças. Cachoeirinha então, e o Projeto Jaíba é o exemplo da tradição autoritária do que a gente chama de “patrimonialismo”, ou seja, o

de usurpa do Estado para utilizar o Estado para seus interesses, foi o caso então do coronel, que eu já falei, né, que em nome do Estado ele tinha um título, com um título ele usa a força policial para entrar na área. Eu acho que depois das recomendações a gente pode conversar um pouco. Isso ainda precisa voltar pra ser indicado a Rural Minas como responsável, ser responsabilizado o Estado, não é? Por esses crimes na região, não só a Rural Minas. Então, o impacto do período da Ditadura no Brasil sobre o campo foram e ainda são bárbaros e ainda pouco estudados. Já falei que eles não foram nem incluídos na lei da anistia, foram excluídos como os indígenas. O Estado brasileiro tem cometido grave violação dos direitos humanos dos camponeses indígenas, e que têm sido excluídos. Bom, eu vou dizer aqui, eu já falei também desse processo de exclusão na lei de 1995, depois o Nilmário pode também esclarecer esse assunto melhor, e essa lista que foi feita em 1912, em 2012, ela utiliza de alguns critérios pra fazer essa listagem, incluir essas pessoas para o direito à memória, à verdade e à reparação e à justiça. Então um dos critérios, a identificação dos casos se dá pela morte ou desaparecimento associado a lutas coletivas, pela posse da terra, por direitos trabalhistas ou direitos à associação e à organização. Como bem Juarez disse aqui, também sofreram muita repressão a organização dos trabalhadores, para não se organizarem, depois eu vou dizer um pouco desses casos. E não são casos isolados, configuram quase sempre processos encadeados de ameaças, sequestro, expulsão forçada da terra, espancamento, tortura, Dona Paula acabou de falar aqui, né, assassinatos de liderança, deslocamentos forçados de família e às vezes de comunidades inteira. Quase todos assassinatos por agentes privados, fazendeiros, latifundiários, jagunços, capatazes, pistoleiros de aluguel, guarda armados de fazenda e outras formas de polícias privadas. Eu vou dizer um pouco então da relação de 22 conflitos. Eu vou incluir também alguns da região Noroeste e vou dizer porquê. O primeiro plano nacional de reforma agrária, de 1985, ele divide o estado por microrregiões e sobretudo regiões de microbacias. Então o médio São Francisco que aparece no primeiro plano nacional de reforma agrária, 1985 com o presidente Sarney, inclui no médio São Francisco então parte do Noroeste, então também inclui aqui na lista parte do Noroeste, que faz divisa aqui, eles estão na bacia no médio São Francisco, né. Então essa relação, falta alguns casos, eu não tive tempo de levantar nem um pouco mais de dados. Alguns casos estão citados nesse documento da Comissão Nacional da Verdade, outros casos a gente tem nas relações aqui da Comissão Pastoral da Terra nacional, Comissão Pastoral da Terra aqui do Norte de Minas. A gente preparou hoje de manhã uns documentos pra Comissão poder levar pra Belo Horizonte, ou, não, vai tirar xerox, a Comissão que vai tirar xerox pra levar. Eu trouxe também alguns, algumas fotos, que depois a gente pode ver. Bom, o primeiro assassinato então,

ele não foi, tá na lista mas não se recorreu, não fez o requerimento de anistia, de reparação, é do Martim Afonso então, de Cachoeirinha, praticado por um agente privado. Eu não incluí também na lista Saluzinho, depois eu acho que é um caso à parte, ele também não tá nesse critério. Saluzinho, uma perseguição, uma resistência individual, persistente, né, então eu acho que ele merece um caso depois pra ser estudado separado, então eu fiz, dentro dos critérios de lutas coletivas, lideranças e apoiadores da luta dos trabalhadores. Valdivino Gonçalves de Oliveira, assassinado em 1972, na Fazenda Curral das Varas, em Bocaiuva, acho que Juarez pode confirmar isso aqui, uma liderança. O Praxedes Ferreira da Silva, 28/10/78, sobrinho de Eloy Ferreira da Silva, foi assassinado em 78 pelo mesmo agente, né, Antônio Luciano. Ele também foi do sindicato, acho que a Paula pode me confirmar, acho que na diretoria, o Praxedes tava na diretoria do Marcelino. Patrocino Caldeira, 1979, Fazenda Riachinho, Montes Claros. Paulista, só diz Paulista, 1983, Fazenda Laço Grande, em Unaí, também por um agente privado. José Celestino de Souza, 19/7/1984, em Rubelita, na Fazenda Galanto. Geraldo Gonçalves de Oliveira, assassinado em novembro de 1984, o Juarez já citou ele aqui, Geraldo Gonçalves de Oliveira, assassinado pelo fazendeiro médico José Maria Brant, e nesse momento o Juarez, como outros, entra pra lista dos marcados pra morrer na região. Eloy Ferreira da Silva, 16/12/84, então assassinado na Fazenda Serra das Araras, né, ele era o presidente de São Francisco, durante muitos anos ele foi ameaçado, tiravam a cerca dele, ele punha a cerca de novo, Antônio Luciano mandava um jagunço, punha a cerca de novo, ele tirava a cerca, né, e ele foi assassinado então em 16/12/84, tem fotos aqui então do dia da morte dele, do enterro dele, em dezembro de 84. Acho que... Foi a mando, os jagunços foram José Mendes e Paulo Leonardo, o Afrânio já citou aqui, a mando então do fazendeiro Antônio Luciano. O Eloy, não era, a gente tem que falar muito e lembrar dele, simbolicamente a região e o Estado como fez o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, deu o nome dele para a gente não esquecer e nunca mais acontecer, não é, gente? Ele era um presidente do sindicato muito especial, um amigo muito especial. Eu aprendi com ele a ler pelos olhos dos lavradores a bíblia, e ele tinha uma coisa que a gente tem que aprender: as nossas organizações não têm fronteiras! Ele dizia: “o sindicato não tem fronteira”, quando qualquer delegado de um outro município chamava atenção, e era assim na Ditadura, não podia fazer delegacias de base, não podia ir num outro município organizar os trabalhadores, ele dizia: “sindicato não tem fronteira! Onde tiver um trabalhador, uma trabalhadora sendo injustiçada, lá está o sindicato”, eu acho que a gente tem que aprender isso! Não tem, nossas organizações, nossa luta não tem fronteira. Durvalino Soares dos Santos, também posseiro, foi assassinado junto com o seu companheiro, Minorvaldo, Minalvo Pereira da Silva, dois posseiros

da Fazenda Gravata, em Porteirinha, em 9 de maio de 1985. Aqui tem uma, a gente tem na Pastoral da Terra, hoje eu não consegui achar, as manifestações feitas pelos sindicatos de Janaúba e Porteirinha, ou seu João, não, esqueci o nome, João Barros? João Pica-Pau, eu lembrava do João de Barro, mas não lembrava do pica-pau... Então, foi feito isso em 27 de março de 85, mas eles foram assassinados em 9 de maio de 85. Uma questão, eles eram posseiros, o fazendeiro queria que eles saíssem e ele não saiu, eles resistiram e foram mortos pelo fazendeiro. Moacir da Silva, 4 de abril de 85, trabalhador rural, assassinado a tiros na cidade de São Romão, Riachinho, Município de São Francisco, morto pelos pistoleiros por uma questão de reivindicação salarial que ele não aceitou. Júlio Rodrigues de Miranda, nós conhecemos, né, em 6/10/1985, na Fazenda Riacho dos Cavalos, na comunidade Mandiocal, em Bonfinópolis de Minas, o pai de Cidinha, onde moravam 11 posseiros, constantemente, desde 72, constantemente ameaçados, colocavam veneno nas suas criações, colocava fogo na plantação, punha o gado na plantação, e o próprio fazendeiro, Senhor José Boaventura, foi lá numa manhã, às 05h00min, do dia 6/10 e assassinou o Senhor Júlio e feriu Dona Cipriana, que ainda hoje guarda a bala no seu corpo. O Geralda Alves da Silva, de Mato Verde, dia 22/11/85, também assassinado pelo fazendeiro. Benedito de Melo Peres, 23/2/85, Fazenda Boa Sorte, em Paracatu. Valter Gonçalves de Carvalho, 25/1/86, Fazenda Buritizeiro, em Paracatu, um agente privado, fazendeiro. Osvaldo Fernandes de Oliveira, maio de 86, Várzea da Palma, um trabalhador, foi assassinado por questões trabalhistas também, pelo agente, pelo fazendeiro. Pedro Antônio de Oliveira, 3/1/86, em Salinas. João Antunes da Silva, 14/8/86, em Janaúba. Ângelo dos Santos, esse é um caso muito exemplar, que a família deveria ser procurada, um menino de 12 anos assassinado pelas costas, recebeu um tiro na nuca pelo pistoleiro, pela milícia privada da Belgo Mineira, porque ele foi pegar uma lenha pra fazer comida em casa, e aí na comunidade chamada Barra do Guaicuí, Fazenda Araras. Hermes Bispo da Silva, 67 anos, 15/4/1988, posseiro, hoje a gente iria, o Jôba talvez pudesse me confirmar, ele seria identificado como um quilombo, quilombola gurutubano. Monte Azul, Jaíba. Se você conhece a Fazenda Poço da Vovó, né, ali na divisa, também consequência do crime que chama Projeto Jaíba. Ali era um barril de pólvora, expulsou os sem-terra para colocar médios empresários, para vender pra fazer agricultura para exportação. Destruiu a última mata seca, o último resquício de mata seca que nós tínhamos ali naquela ponta, na divisa com Manga, tudo isso com a anuência, a omissão do Estado através da Rural Minas, da Codevasp, do IEF. O mandante do Hermes Bispo, Pedro Trindade Filho, e os autores Júlio Ferreira da Silva, Julião, Manoel Batista da Silva, Manoelão e Zinho. Joaquim Soares da Silva, 4/1/88, Coração de Jesus, também assassinado pelas reflorestadoras ali de Buritizeiro, Coração

de Jesus e Pirapora. Eu incluí aqui Donato Cardoso, ele já é de 89, porque eles, Fazenda Mimoso, também assassinado pela milícia do Antônio Luciano, nove pistoleiros entraram na fazenda, fazendo o que eles sempre faziam, cortavam o curral, veneno para a criação, fogo na plantação, fogo no paiol, e matou Donato Alves Amaral, deixou ele jogado lá. Nós tivemos lá Luiz Chaves (trecho incompreensível) uma semana antes, os pistoleiros rondaram, até que a gente teve que ir embora, eles atiravam pra cima, dizendo que não podia fazer aquela reunião, e a gente ficou lá até à noite, à noite fomos embora e uma semana depois Donato Alves Amaral foi assassinado então pela mão armada de Antônio Luciano. Eu incluí aqui Valdeci Alves Amaral, eu não sei se ontem ele foi à Cachoeirinha, ele está em Verdelândia, no assentamento Boa Esperança, Valdeci. Valdeci ainda está no assentamento? Ele esteve em Cachoeirinha ontem? Ele voltou? Ele, junto com Juarez... Ele ainda está lá? Fazenda Boa Esperança? Como é que chama lá hoje? Eles deram outro nome depois do assentamento, para a fazenda. Ele também estava na lista marcado pra morrer junto com Juarez. Teve que fugir, deixou a família dele com crianças pequenas, em casa sozinho para a gente ter que esconder, saiu para Belo Horizonte. Então essas coisas também têm que vir à luz, né. Eles também têm que ser reparados, essa memória tem que chegar para as novas gerações, as escolas têm que contar essa história, né? Nós temos que levantar monumentos na cidade para contar a história dos trabalhadores rurais e a história de violência que eles viveram na Ditadura e continuam vivendo, como bem o Carlinhos chamou, chamou atenção, não é? Então, esses são 22 conflitos agrários. O primeiro plano nacional de reforma agrária chama atenção para 150 conflitos no Estado, e cerca de 70 na região Norte e Noroeste. Aqui, 22 assassinatos em conflitos agrário, entre Norte e Noroeste. Eu gostaria que a gente, antes de passar pra frente, que a gente fizesse um momento de silêncio por esses 22 assassinatos, e a gente lembrasse que eles estão presentes, presente. E essa não é uma, casos isolados, não eram casos fortuitos de um repente de em uma briga entre fazendeiro e liderança, ele ser assassinado. Eram casos planejados, sistemáticos, selecionados. E era uma organização, uma matança organizada, por isso que a gente tem que responsabilizar a Ditadura e os agentes privados e o Estado, porque eles criaram, inclusive, uma organização criminosa, chamada União Democrática Ruralista, UDR, que agia organizadamente para matar, divulgava uma lista de marcados para morrer! E o Estado? Onde estava o Estado? Onde estava o Estado? Onde estava o Estado na hora que entrava, durante as ocupações, a ação da Polícia Militar e a ação da Polícia Civil? Eu tenho aqui pra mostrar, 1985, uma reocupação de resistência de Cachoeirinha, vocês podem ver aqui, as crianças, a Polícia Civil entrava, eu estava lá nesse dia, chutava, aqui ó, crianças comendo, a Polícia Civil chegava chutando o prato das pessoas,

queimando, derrubando os barracos na ocupação pra eles não ocuparem. Onde estava o Estado? Uma Polícia Civil com ação de Polícia Militar, reprimindo, não sei se naquele momento era, isso era confuso ainda, né, Nilmário? Ditadura... Mas sem um mandato judicial, sem um mandato! O fazendeiro tomava, era delegado ao fazendeiro a ação da justiça. Ele podia, a pedido dele a Polícia Civil ir lá e chutar e queimar e prender. Então isso é uma responsabilidade, isso só é possível se o Estado for de exceção, no estado democrático, espera, esperamos, né? Esperamos que isso não possa acontecer, não é? Então chegava a Polícia Civil, isso é 1985... Não, desculpa, eles foram desapropriados, Cachoeirinha, 1982, 83, a Liga. Pessoal da Liga aí. É 1982 a primeira desapropriação ou 1983, né? Essa ocupação aqui então deve ser de 1981, 80, essa reocupação que eu estou mostrando aqui nas fotos. Foi uma desapropriação do Estado, né? Tancredo Neves que desapropriou a área, mas até chegar lá, né, até 1982, desde 64 eles estavam resistindo. Isso não acabou depois de 82, não é? A pressão, a falta de uma política de assentamento e de reforma agrária. Nós não temos uma política de reforma agrária nem mesmo de assentamento nem nos últimos 15 anos no Brasil! O primeiro plano nacional de reforma agrária, de 1985, Sarney. Aqui é primeira área desapropriada é de 1989, ainda na Ditadura, na virada. Foi um processo inclusive assinado pelo Figueiredo, ainda, mas que foi efetivado em 89, na saída dele. Então é uma ação deliberada, sistemática e organizada com a conivência, a omissão, no mínimo a omissão, e a conivência conjunta do Estado com os agentes públicos. A Polícia Civil e Militar exerciam, juntas, a ação de repressão, muitas vezes sem nenhum mandato judicial, como eu já relatei aqui. E por outro lado, esses dados de conflitos também mostram a existência aqui de um foco de resistência contra a Ditadura, né, como os companheiros já chamaram atenção, como o Juarez pôs. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região, são todos de 78, 75, depois, diferentemente de outras regiões, mesmo do estado, e do Brasil, os sindicatos daqui nascem depois de 70, e contra, uma resistência contra a Ditadura, o autoritarismo, a violência do estado e o avanço da modernização conservadora do capitalismo nessa região, que naquele momento, e continua sendo assim hoje, não é mesmo, Carlinhos? Uma área de expansão de fronteiras para a mercantilização de terras e de bens naturais. Mas eu queria relatar também, além de assassinatos e mortes, mortes, outras ações de repressão do Estado e dos fazendeiros na região: o Juarez já relatou aqui, no dia da criação do sindicato de Bocaiuva, não é? Eles assassinaram um trabalhador, tentaram impedir a criação, depois tentaram impedir a oposição, eles tentavam impedir as reuniões do sindicato, não era possível fazer reuniões nos sindicatos. A repressão sobre a criação de funcionamento das delegacias de base, os sindicatos tinham delegacias de base, eles infiltravam pessoas, colocavam Polícia Civil e

Polícia Militar para vigiar a reunião da delegacia de base, e convocava, quando, o Senhor Antônio Inácio vai poder relatar muito isso, tem no meu livro, o relato de Antônio Inácio, ao chegar no sindicato, o juiz ou a delegacia de polícia convocava para esclarecimento, o quê que eles estavam fazendo lá naquela comunidade, porquê que tava criando uma delegacia de base, porquê que estavam discutindo o conflito com fazendeiro. Então eles eram constantemente vigiados, né. A perseguição e ameaça de lideranças, incluindo a lista de marcados para morrer, já falei sobre isso, e mesmo a Comissão Pastoral da Terra, individualmente nós sofríamos pressão aqui, eu sofri muitas vezes. Em 1987, os fazendeiros, a sociedade organizada aqui dos ruralistas, jogavam bilhete na casa da gente, porque nós estávamos lutando contra o crédito, não sei se você lembra disso, Nilmário, em 1987, o perdão do crédito fundiário. Tinha uma seca muito grande, os trabalhadores do algodão, muitos suicidaram por causa da dívida, e a gente denunciava que estava sendo perdoado as dívidas dos fazendeiros e não dos agricultores familiares, né. E por causa disso a gente sofreu muita ameaça, muita pressão, muitos bilhetes de ameaça enviados à casa da gente, né? Bom, aí eu queria dizer, eu já disse um pouco sobre algumas recomendações, não é? Além da memória e da verdade que precisa vir à luz no relatório, em um relatório publicamente divulgado, massivamente divulgado, que chegue às escolas, eles podem e devem ser orientados e reparados, simbolicamente, psicologicamente, muitos sofreram pressão psicológica, ainda têm os filhos, os filhos de Senhor Júlio, Dona Cipriana, teve que ser internados por mais de uma vez em hospital psiquiátrico, não é? E o caso de Cachoeirinha, eu acho que, eu sei que a Comissão não tem como pegar talvez 22 casos ou mais, mas eu acho que um caso simbólico, como Cachoeirinha, deveria ter uma reparação individual ou coletiva. O quê que significa uma reparação? Eu sei que indenização, ela é questionável, né? Paga o que? 64 crianças mortas? Que dinheiro paga isso, né? Seis, Sete pessoas assassinadas na área, desses 64, de que? Nada paga isso monetariamente. Mas eu acho que hoje no assentamento, eles podem ser reparados, sim, com alguma indenização individual ou coletiva para as famílias, né. Eles mesmos vão saber dizer algo sobre isso. E simbolicamente, a Comissão Nacional de Anistia, a Comissão da Verdade poderia fazer um ato de reconhecimento público do Estado, por esses crimes cometidos, simbolicamente a gente pode usar, pode ter Cachoeirinha, mas simbolicamente estão todos esses casos, né. A família de Jader, a família de Adão, de Calixto, de Sula, acho que todos eles já foram. Adão não? Mariinha, né, já foi, mas estão lá os seus filhos, seus netos... E recomendar responsabilização do Estado, indicando órgãos como a Rural Minas, a Codevasp, a Sudene, o IEF, a Polícia Militar, a Polícia Civil como patrocinadores e coniventes com a violência e o autoritarismo na região. Fazer uma

relação dos mandantes e jagunços que cometeram crimes de lesa humanidade, na região, como Antônio Luciano, Coronel Georgino Jorge dos Santos, José Mendes, Paulo Leonardo, as reflorestadoras. Eu acho que todos esses deveriam ser listados, se eles não são punidos, porque a lei não permite ainda, mas pelo menos eles devem ser citados como responsáveis. Bom, pra terminar, já passou? Hoje, o companheiro falou comigo: “mas a Ditadura não acabou.” De fato, a Ditadura não acabou, né. Eu acho que a gente tem que colocar em discussão lá nas nossas comunidades, aqui, em todos os lugares, que os resquícios, que a herança da Ditadura está presente diariamente entre nós. Na tortura que ainda existe nas prisões. Quando foi que foi preso os nossos companheiros do Brejo do Crioulo? Né? Crime político! Nas políticas de segurança pública, nas práticas políticas e eleitorais, a herança da Ditadura está aí, na relação, vou dizer “prostituída” que existe entre o privado e o público, como Carlinhos já falou aqui, entre as empresas, os donos do poder e o Estado, nós vimos aí nas denúncias das tais JSB, como é? JBS, né? Uma relação espúria, né? Do Estado, do privado com o público. E, sobretudo, na criminalização dos movimentos sociais e da luta, que é, hoje nós podemos presenciar isso, não é? A criminalização dos movimentos populares é uma das primeiras estratégias para a construção de toda ditadura, na tentativa de rebaixar o debate de assuntos claramente políticos, procura-se retirar legitimidade de quem luta, de quem está absolutamente sem direitos, sem outro argumento além da mobilização. A saída é submeter ou submeter, é isso que se coloca quando criminaliza e quando prende uma liderança, como tem sido feito em São Paulo, Belo Horizonte, uma liderança de ocupações urbanas hoje. Práticas, são práticas vigentes hoje, em todos os municípios a gente tá vendo, e eu acho que isso a gente não pode esquecer nesse debate sobre a Ditadura. Ela está presente, ela não acabou. E nós temos que continuar lutando para que nunca mais aconteça, né. Que a gente não esqueça e nunca mais aconteça. Mas antes de terminar, eu queria só chamar aqui ainda a presença de dois companheiros que faleceram recentemente, Carlinhos já lembrou de Alvimar, dois grandes companheiros que lutaram junto aos posseiros na região, um é Alvimar Ribeiro dos Santos, grande companheiro, e o Eduardo Arantes do Nascimento, todo mundo conhece, o Eduardo Pelé, presente, presente. Eu queria dizer, não vou ler, não, mas está no meu livro, tem uma passagem em que Alvimar diz, narra pra gente, em 1982, no ato político de Cachoeirinha, estavam lá presentes, não sei se Nilmário estava, mas estava Durval, o Padre Toninho, foi um ato para pressionar o governo Tancredo Neves fazer a desapropriação no nível do Estado, e a repressão baixou feio lá, parou os ônibus no caminho, revistou todo mundo, tomou máquina fotográfica, bíblia, tudo que encontrava pelo caminho, né. E Alvimar relata, eu não vou ler, é bem grande, para encurtar, ele disse que foi aí que ele toma consciência de que o mundo,

de que o Brasil, de que a sociedade era dividida, porque até então ele achava que todos os padres estavam a favor dos mais oprimidos, dos reprimidos, dos pobres... Que a polícia, ele trabalhava na construção civil nesse momento, no quartel, construiu o quartel aqui de Montes Claros, que a polícia estava do lado dos pobres, estava do lado do povo. Ele falou: "lá eu tomei consciência de que tinha lados." A polícia tinha lado, os padres tinham lado. Por que que uma manifestação que era a favor daqueles que estavam sendo assassinados, reprimidos, sofrendo tamanha injustiça foi toda cercada, toda! Toda praça cercada! Acho que tinha mais polícia do que manifestantes, não é? Então é uma passagem muito bonita, realmente é onde a gente toma consciência, no momento de um ato, na luta, na organização. Então, com isso, eu queria pedir desculpa pela demora e também pela falta de outras informações que eu queria levantar, nós não tivemos tempo, eu não tive tempo de chegar mais cedo na região, fiz muita coisa de memória, não dá pra lembrar tudo. E queria agradecer e dizer que tô muito emocionada de estar aqui, que esse é um momento histórico e que deve continuar, que a Comissão do Grande Sertão deve alimentar essa discussão, ir atrás dessa reparação para que nunca mais aconteça!

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Agradeço muito à Rosely por esse belo depoimento, com muitos dados e informações, e ela também tem sido uma colaboradora da nossa Comissão em Belo Horizonte, nós temos tido um diálogo constante e ela tem também nos presenteado com muitos documentos. Aliás, o Luiz Chaves foi dito, o nome dele foi dito aqui várias vezes hoje e eu quero informar que nós já colhemos vários depoimentos dele, e o último inclusive eu coordenei, foi um depoimento de três horas, muito detalhado sobre toda, inclusive sobre esse evento do cerco policial com uma riqueza muito grande de detalhes, e obviamente tudo isso, é importante que as pessoas entendam que tudo que a Comissão da Verdade aqui de Minas tem apurado em termos de documento, vídeos, áudios, tudo ficará disponível de forma eletrônica e presencial no nosso Memorial de Direitos Humanos a partir de março do ano que vem, né. É uma luta específica do Nilmário que nós estamos apoiando demais da conta, e nós queremos muito que isso fique pronto realmente no início do ano, porque ano que vem, esperamos, é ano eleitoral, né? Se não tiver um novo golpe dentro do golpe, né? Então, em ano eleitoral nós precisamos fazer com que as coisas sejam realizadas bem no início do ano, então o Nilmário está de parabéns, e esse material vai ficar lá. Antes de passar a palavra então para a nossa última depoente, que é a Dona Vina, eu queria convidar aqui, teve um convidado que ele não foi chamado no início, que é o Adão Gregório, da Liga dos Camponeses, que também vai dar o depoimento. Ele está presente? Tá. Então ele pode chegar aqui, tá? Eu vou pedir então a Dona Vina para dar o depoimento dela, nós ainda temos mais ou menos uns quarenta minutos. Depois,

entre a senhora e o Senhor Adão e depois nós vamos abrir o microfone para os que estão presentes aqui. A senhora quer falar aqui perto de mim, Dona Vina? Ou lá? Pode ser aqui? Eu por enquanto não estou mordendo, pode vir aqui para perto. Vai ficar bom para o rapaz ali da câmera que está...

VALDIVINA DIAS BATISTA: Eu sou Valdivina Dias Batista, do Município de Fruta de Leite, do movimento geraizeiros, e boa tarde para vocês. Eu hoje, eu vim, quero falar com vocês sobre a história de uma firma que entrou no nosso Município no ano 70. Ela entrou lá no ano 70, a gente tava tão distraído daquilo naquela época, que a gente achava que era uma coisa muito boa, e no mesmo instante eles vieram prometendo muitas coisas boas para a gente. Então eles chegaram, destruíram aquelas terras que a gente tinha, a gente vivia numa vida abundante, uma vida feliz, uma vida cheia de amor entre a natureza. Mas quando a gente chega àquele momento, eles prometendo muitas coisas, começou a atrapalhar e destruir as terra. Eu sei que naquela época eles destruíram 16.000 hectares de terra na nossa região, nos anos 70, e a gente esperando que aquilo ia ser bom, mas de repente, com uns quatro anos que foi passando, aquilo só virou derrota, aquilo só virou sofrimento! As água foi acabando, as fruta que a gente tinha naquela região, os passarinho descia da chapada... E destruía tudo! Que nas chapada não existia mais nada. Aquelas pessoas que vivia queimando lenha, que não dava conta de comprar gás, ia pegar um garranchinho naqueles lugares, eles corriam atrás deles com revólver, com pancada, a gente via criança machucada, e naquilo a gente foi vivendo aquela vida miserável, que a vida nossa acabou. Aí foi passando esses anos, o eucalipto cresceu nesses 16.000 hectares e a gente foi vivendo, vivendo, vivendo e o governo tinha passado um contrato para aquelas firmas de 24 anos. 24 anos. Os 24 anos acabaram ali em 2004, por aí, e aí que a gente foi pra cima, né? Já que a firma venceu contrato, a gente puxou no cartório lá em Salinas, e soube que afirma acabou o contrato, mas elas já queria fazer novos, já não era contrato, elas já queria tomar as terra de verdade mesmo. Com 24 anos. Queria tomar as terra e foi fazendo documento e foi, a gente foi sabendo de noticinha, tititi pra aqui, tititi pra acolá, e a gente foi vivendo essa vida, e a gente começou a ir pra cima. Desta hora em diante, eu fiquei mal vista. Muitas vezes nem sair de casa a gente pode, até hoje. A gente ficou mal visto, porque se saísse eu, meu filho, meu marido, meus companheiro, porque nós era umas 60 família que lutava, que comecemos lutar, eles ameaçava, né? Aí que a gente foi lutando. Mas eles começou a comprar alguma fazenda aqui, uma fazenda acolá assim, e aquelas fazenda e foi as retificação de área, né? E conseguiram fazer o documento da terra. Umas polícia passaram lá e pegaram assinatura do povo e levaram para um advogado em Salinas e aquele advogado pegou e fez um documento para a firma, antes era Rio

Doce e (trecho incompreensível) e depois venderam pra Meneghetti, né. Venderam pra Meneghetti as terra. Eu tive com ela uns 9 meses atrás, em Belo Horizonte, lá na secretaria, ela disse que tem documento, tem 97 documento, que a terra é deles, e aí que a gente foi vivendo essa vida, e até hoje a gente está nesta vida difícil. Essas polícia pegou essa assinatura, na época eu fiz uma ata, acionei, eu sou diretora do (trecho incompreensível) né, era e sou até hoje, chamei o (trecho incompreensível) fizemos uma reunião no dia 15 de julho de 74, por aí, fiz uma ata, fiz o policial assinar nesta ata, eles assinaram. Mas mesmo assim eles conseguiram. Então hoje a gente vive essa vida lá, diz que o Incra vai fazer os documentos pra gente, mas até hoje não saiu. E a vida continua nessa dificuldade, de a gente não ter terra. Na época, isso foi no ano 70 que eles tomaram, fizeram essa procuração com o governo e foram plantar, eu morava em uma terrinha de herança do meu pai, e aí naquela época a gente compramo uma terrinha, conseguimos comprar uma terrinha. E essa terrinha, até hoje nem documento eles tinham, tá com 32 anos que a gente vive nesta situação. Quando foi agora no ano de 2015, no dia 15 de fevereiro, eles falaram, que eles não conseguiram matar ninguém até agora, mas agora nós não vamos matar mais, venceu o tempo. Botou um fiscal da firma, dessa mesma firma, que nessa época ele entrou, aposentou já de fiscal, e mandou na minha casa, pôs fogo na minha casa, queimou carro, queimou tudo que eu tinha! Queimou curral... Só não queimou o gado, porque o gado pulou cerca. Queimou tudo! Acabou, acabou com tudo que eu tinha. Só restou eu e o meu marido que tem 72 anos, eu com 65 e meu filho cardíaco e um deficiente, porque nós tava na igreja. Então a situação da gente é essa e eu não tenho muito o que falar, porque eu também não sou boa pra falar, né? Então, mas a gente vê que a luta de antes que tinha, ainda continua, gente. A minha situação não é brincadeira. Às vezes eu saio de dia de domingo, tenho que ir pra igreja, eu não vou viver sem a minha igreja mesmo, que é minha mãe, mas os meus filhos, precisa ficar alguém em casa, a gente nunca mais pôde ter aquela vida que a gente teve antes. Então, muito obrigado, era só isso que eu ia falar, viu?

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Dona Valdivina, só explica para a gente, se a senhora puder, qual que é o município?

VALDIVINA DIAS BATISTA: É Fruta de Leite, Novo Horizonte.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: As terras ficam entre Fruta de Leite e Novo Horizonte?

VALDIVINA DIAS BATISTA: Novo Horizonte.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Tá. E o nome das empresas, a senhora já falou, a empresa original que chegou lá, como é que ela chamava?

VALDIVINA DIAS BATISTA: Na época foi Rio Doce e Fosc Alma.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: E hoje está em nome de qual empresa?

VALDIVINA DIAS BATISTA: Hoje é Meneghetti.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Tá. E nessa época que houve a primeira tentativa de expulsão, tinha, foram jagunços, foram policiais? O quê que a senhora lembra?

VALDIVINA DIAS BATISTA: Na época mesmo não foi, não, mas quando nós começou a agir, porque eles achou que nós achava que estava tudo bem, que estava tudo legal, né? Então eles também estava tranquilo, que a gente estava tranquilo, mas depois que nós começou a agir teve jagunço, queimou máquina, levou um dia nós pra troncamento, nós foi em 22 pessoas e puseram nós no camburão, levaram, e queriam que nós deposite três pessoas, nós pôs o pé no barranco, nós ia depor era os 22, eles tinha que ouvir as 22 pessoa, não só 3. Aí puseram nós no camburão, levaram para a cadeia, mas lá não tinha onde cabe nós tudo, né. Punharam nós durante dois dias num salão e lá nós ficamos. Nós ficou lá esses dias e depois nós saímos, fomos embora. Depois queimou máquina, depois queimou carro, queimou tudo pela beira das estradas e fez uma derrota. Aonde via uma mutirãozinha de gente que era nossa, ali eles ia pra fazer qualquer coisa, nem que fosse um velório.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: E isso aconteceu somente com a família da senhora ou mais famílias?

VALDIVINA DIAS BATISTA: Mais família.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: A senhora lembra mais ou menos quantas famílias?

VALDIVINA DIAS BATISTA: Tem a família do meu amigo Orlando, que ele foi levado a mulher dele, a filha dele, tudo algemado para cadeia, atoa, sem fazer nada! Chegava de manhã cedo, 06h00min, e catava eles e levava.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Alguma outra família que a senhora lembra o nome?

VALDIVINA DIAS BATISTA: Se tem, eu não me lembro agora.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Tá certo. Então nós agradecemos muito também o depoimento da Dona Valdivina Batista, Dias Batista. Muito obrigado. Pode ficar Dona Valdivina, pode ficar, tem problema não. Eu vou passar a palavra agora então para o Adão Gregório, que é de Manga e da Liga dos Camponeses, para que ele também possa fazer as suas considerações. Se você quiser, Adão, pode utilizar esse microfone aí nessa mesa. Se você quiser também ficar aqui não tem problema. Como nós estamos com o tempo corrido, eu vou te dar 20 minutos, tá ok? Aqui, ó, vem perto de mim que tem um microfone. Chega aqui, fica mais fácil para o rapaz lá da câmera pegar.

ADÃO GREGÓRIO: Boa tarde. Eu queria nesse momento saudar todos os companheiros presentes, companheiras, jovem, autoridades presentes, a mesa coordenadora deste evento, desta reunião, e pedir licença, que a gente tem um faixa, a gente queria estender a faixa aqui pra ficar exposta, para os companheiros poderem vir, e falar o seguinte: eu não tenho muito relato, assim, muito conhecimento relacionado à Ditadura Militar da época. Eu queria simplesmente usar esse tempo pra falar da luta pela terra, dos movimentos sociais atualmente. Eu queria aqui parabenizar todos aqueles que me antecederam. Quando a companheira fala que emociona, todos nós, companheiras, emocionamos muito com a luta do nosso povo, com a luta do campesinato, com a luta do camponês pobre, a luta do indígena, a luta do quilombola, a luta do pescador, a luta do extrativista, que nós, representante do movimento camponês, nos qualifica como uma luta só. Que essa corporativização, que o governo tem tentado fazer, a gente vê que isso nos divide, e a nossa luta, ela não pode ser dividida, ela tem que ser unificada. Então todos aqueles que antecederam suas falas aqui, resumindo, a história é tudo de persistir, resistir em cima do pedaço de terra para poder produzir e matar a fome de seus filhos. Nenhum camponês tem a ganância de se produzir e adquirir fortuna, mas, sim, matar a fome dos seus filhos e ter uma vida digna, ter direito à saúde, ter direito ao lazer, ter o direito de ir e vir, direito à educação, é isso! Isso é o essencial. E no entanto, nós vemos desde a invasão dos portugueses ao Brasil é que o nosso povo luta! O povo luto tem lutado! Os indígenas lutaram na época que estava sendo invadido o Brasil. Foram e continua sendo muitas lideranças mortas. Os quilombolos que vieram e que sofreram todo esse período no Brasil, ele sempre lutou e sempre pensava na sua libertação. Os camponeses pobres, os posseiros, sempre lutou e continua lutando. Então queria, aqui, agradecer a todos os companheiros que antecederam e que falaram, que todos nós, todos, nos emocionamos muito em saber que esse povo não quer além daquilo que é o necessário para viver dignamente. E ainda hoje, companheiros, continua essa ditadura sobre o campesinato, sobre o povo pobre. Porque quê que a insegurança na cidade grande tá do jeito que tá? Hoje, o Brasil, por ano, mata mais do que os países que estão em guerra, e falam que nós vivemos uma democracia! Um país de direito! E quem é que morre, companheiros? É camponês que vivia no campo e que suas terra foram tomado e que muitos dele foram expulso e foram para a cidade, e que lá não teve condição de se profissionalizar, e que a família, os filhos tá ali porque foi tomado o espaço dele no campo, lá ele não tem direito a uma faculdade, ele não tem direito a um emprego, o quê que chega nele mais rápido? É a droga, é o álcool. E por isso a cidade tá inchada do jeito que tá, tá entupida do jeito que tá! Tantas morte acontecendo, é porque os filhos daquelas pessoas que moram na favela é bandido? Não é, não. É o único lugar que eles ainda têm



condição de se esconder, é ali. De moçar. Sem um pingote de dignidade. Então eu queria falar aqui pros companheiros dessa situação, essa questão. E quando nós falamos dos crimes que foi cometido, companheiros, dentro do Regime e que vem acontecendo até hoje, nós tamo falando pra isso não cair no esquecimento! Nós não estamos falando pra perdoar, que essas pessoas devem ser perdoadas, porque continua! Esse projeto continua. Então nós temos que dar um basta nisso. E como que nós vamos conseguir dar um basta nisso? É nós nos organizando, é nós nos unirmos, é nós entendermos que nós não podemos deixar nos dividir da forma que têm tentado nos dividir, que problema de quilombola é de quilombola, que problema de pescador é de pescador, que problema de sem teto é de sem teto... Não! Nós somos uma classe! E essa classe é a classe que mais sofre, é a classe que é explorada! Existe o que domina, existe os dominado, e nós somos essas pessoas que são dominado, e nós têm que nos organizar pra sair dessa situação. Tá aqui, companheiros, é o que tá acontecendo agora recém...